



Chico Guedes

Diferença

Oposicionistas foram à Assembléia para ingressar com pedido de impeachment contra Ignácio, baseando-se no empréstimo do governador no Banestes e no relatório do BC sobre as cooperativas de crédito

# AJ02809 Oposição protocola novo pedido de impeachment

PSB, PT, PPS e PL querem investigação de nova denúncia contra Ignácio na Assembléia

me de prevaricação. O pedido foi rejeitado no Legislativo, no dia 17 de outubro, por 17 votos a 13, quando eram necessários pelo menos 20 votos favoráveis para o processo continuar em tramitação.

De acordo com a nova denúncia, o governador José Ig-

nácio teria utilizado R\$ 2,6 milhões do Banestes para financiar sua campanha eleitoral. "Tal fato vem corroborado através de um relatório elaborado pelo Banco Central, bem como foi objeto de investigação pela Polícia Federal" no inquérito 316/2001

do Superior Tribunal de Justiça (STJ), diz o documento.

Consta ainda da denúncia que Ignácio não teria apresentado documentação referente a R\$ 1,9 milhão das contas de campanha.

**Rombo**

O governador teria "se be-

Quatro partidos de oposição (PSB, PT, PPS e PL) ingressaram ontem na Assembleia Legislativa com um pedido de *impeachment* contra o governador José Ignácio Ferreira (PTN). Protocolaram o documento o presidente do PPS, Ricardo Ferraço, o presidente do PSB, Renato Casagrande, e o presidente do PL, Magno Malta, o presidente do PT, João Coser e a ex-presidente do PT, Iriny Lopes. Acompanharam o registro do documento o senador Paulo Hartung (PPS) e o deputado estadual Cláudio Vereza (PT).

Esse é o segundo pedido de *impeachment* protocolado pelos partidos de oposição. O primeiro começou a tramitar no dia 12 de julho deste ano. A denúncia acusava Ignácio de sete supostas irregularidades, entre elas atos de improbidade administrativa e cri-

## ENTENDA O PROCESSO

**A tramitação do processo de impeachment segue a Lei federal 1.079/59 e o Regimento Interno da Assembleia. A Lei define os crimes de responsabilidade e o rito de julgamento. Confira os próximos passos.**

■ Após o recebimento da representação, o processo é encaminhado para a Presidência, que o remete para ser lido no expediente da sessão ordinária.

■ Na sessão seguinte, os líderes dos partidos na Assembleia elegem os 16 membros da Comissão Especial.

■ Na terceira sessão ordinária são eleitos o presidente e o relator da Comissão.

■ A Comissão tem até 10 dias para avaliar se a denúncia pode ser objeto de deliberação ou se deve ser arquivada. Se for acatada, o governador é notificado e terá 20 dias para apresentar sua defesa prévia.

■ Depois, a Comissão elaborará um relatório, que é votado em plenário. A votação é aberta e nominal.

■ Numa próxima sessão é lido o parecer da Comissão, publicado e distribuído aos deputados.

■ Se o relatório for aprovado por dois terços dos votos (20 deputados), é criada uma Comissão Processante, formada por cinco deputados e cinco desembargadores e presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça. A Comissão tem até 180 dias para avaliar o impeachment. O governador é afastado nesse período.

O governador teria “se beneficiado de recursos da Creditel e Coopetfes por meio de uma conta de seu coordenador de campanha, Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené., a quem a Coopetfes emprestou R\$ 19,6 milhões, quando o limite era de R\$ 200 mil”. O rombo nas duas cooperativas, segundo auditoria do Banco Central, foi de R\$ 25 milhões na Coopetfes e R\$ 7,5 milhões na Creditel.

“São fatos novos no sentido de serem comprovados por relatórios do Banco Central e da Polícia Federal”, explicou João Coser. Renato Casagrande disse que não vai aceitar o “autoritarismo de José Carlos Gratz - presidente da Assembleia”.

Ricardo Ferraço não acredita que a Assembleia encontre “outro caminho que não seja a apuração das denúncias, com o objetivo de contribuir com o fim da impunidade no Estado.

# ‘Análise será em câmera lenta’

“Isso é uma brincadeira de politiquinhos, desocupados e desprovidos de votos que não tem o que fazer. Lamento que Paulo Hartung (senador-PSB) e Ricardo Ferraço (deputado federal-PPS) estejam no meio desses analfabetos políticos”, disparou ontem o deputado estadual José Carlos Gratz (PFL), presidente da Assembleia Legislativa, ao tomar conhecimento do novo pedido de *impeachment* contra o governador José Ignácio.

“Nós que conhecemos profundamente as regras regimental, sabemos que não há tempo para este pedido tramitar este ano. Faltam somente seis ou sete sessões para o fim do ano legislativo”, disse.

Gratz lembrou que ainda falta ser votado o orçamento do Estado 2002. “Vamos analisar o pedido em câmera lenta. Não vou arquivar ou engavetar. Ele vai seguir o trâmite normal. Não estou aqui para ficar brincando de político. Não há tempo para este pedi-

do tramitar”, garante o deputado.

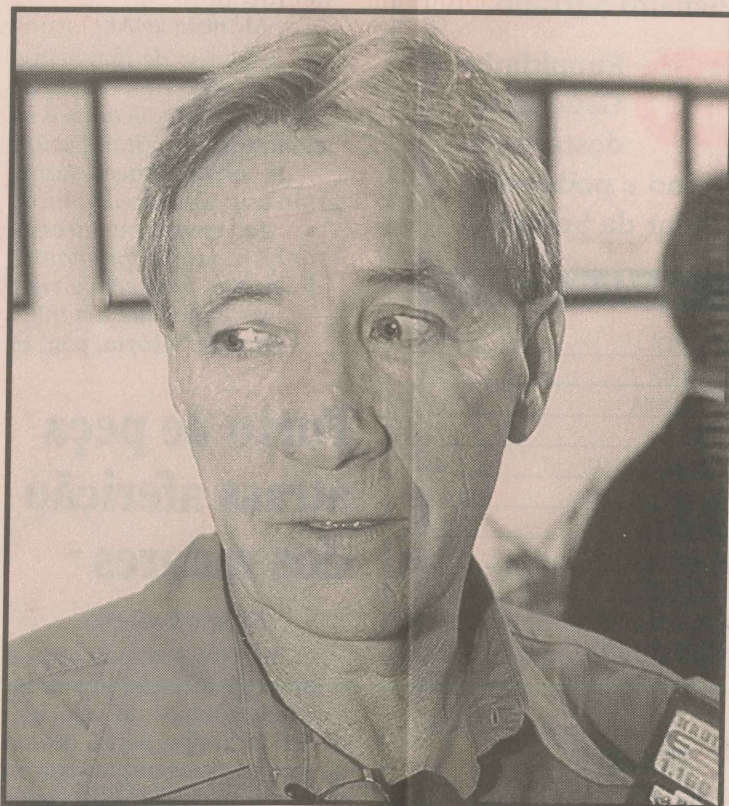
O presidente do Legislativo lembrou que mesmo aprovado, o pedido de *impeachment* seria votado pelos mesmos 13 deputados que aprovaram o primeiro pedido, quando a oposição precisaria de 16 votos.

## Governo

O secretário de Comunicação, José Nunes, disse que o pedido de *impeachment* é um triste posicionamento de quem parece alimentar esperanças de chegar a poder sem o apoio popular e sem a legitimidade do voto.

“Estão usando a tática conhecida de requestrar os assuntos como se eles fossem novos argumentos. Estes argumentos já são situações bastante debatidas”, afirmou.

Nunes disse que o governador espera que a Assembleia Legislativa tenha a mesma capacidade de discernimento das vezes anteriores.



Evaristo Borges

Ataque

Gratz, defendendo Ignácio, diz que o novo processo é uma ‘brincadeira’